
MESA REDONDA

—
OS FUNDAMENTOS ECONÓMICOS
DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A defesa da independência nacional não é alheia, naturalmente, a condicionalismos económicos. Sobre este assunto, foi promovida uma mesa-redonda, que a seguir é publicada, em que intervieram:

João Cravinho
Ten. Cor. Cabral Couto
Vasco Vieira de Almeida
Alfredo de Sousa

Foi moderador *Francisco Sarsfield Cabral*, Licenciado em Direito, jornalista especializado em questões económicas, membro da sociedade de redactores do semanário «O JORNAL», consultor da Associação Industrial Portuguesa.

JOÃO CARDONA GOMES CRAVINHO

Nasceu em 1936, Engenheiro Civil pelo Instituto Superior Técnico. Vários Cursos e Estágios no País e Estrangeiro. Tem dividido a sua actividade profissional, entre outros organismos, pelo INII, Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Secretaria de Estado da Indústria e a partir de Abril de 73 Director do Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial. Publicou, entre mais, «A programação dos Investimentos sob limitações orçamentais 1965».

«O Inquérito de Conjuntura (com Nelson Trigo e Salomé de Sousa) — Corporação da Indústria 1965».

«Sistema de Informação para avaliação de Projectos — Boletim do STPC 1966».

«Fundamentação das Decisões de Planeamento em Portugal. Centro de Estudos e Planeamento da PC 1970».

«Productions Functions for Portuguese Manufacturing. A Preliminary exploration (Centro de Estudos de Planeamento da Presidência do Conselho) 1970».

«Trabalhos em preparação, no âmbito do Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial, sobre modelo de programação protecção efectiva, concentração e diversificação da indústria e aplicação input-output, (ver relatório de actividades do GEBEI, em anexo).

TENENTE-CORONEL DE ARTILHARIA ABEL CABRAL COUTO

- *Instrutor de Tática de Artilharia 1955/59 e Professor de Tiro de Artilharia de 1959 a 1961 na Academia Militar.*
- *Professor dos Cursos de Estado-Maior de 1967 a 1970 e em 1973/74 no Instituto de Altos Estudos Militares.*
- *Chefe da 3.ª REP do Cmd-Chefe em Moçambique em 1971/73.*
- *Habilitado com o Curso Complementar de Estado-Maior. Colaborou na elaboração das Instruções Gerais de Tiro de Artilharia, Regulamento de Campanha-Informações e Regulamento de Campanha-Operações.*

VASCO VIEIRA DE ALMEIDA

Advogado. Embaixador Itinerante da República Portuguesa, Director-Geral, e depois Administrador do Banco Português do Atlântico. Foi Administrador da Sacor e do Crédito Predial, função que desempenhava ao 25 de Abril de 1974.

Foi Ministro da Coordenação Económica do I Governo Provisório e Ministro da Economia do Governo de Transição de Angola.

ALFREDO DE SOUSA

- *Licenciado em Economia (Universidade Técnica de Lisboa);*
- *Doutor em Economia (Doctorat d'État) (Universidade de Paris);*
- *Professor Agregado (Concurso Nacional) das Universidades Francesas;*
- *Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa;*
- *Autor de 6 livros e de cerca de 20 artigos sobre assuntos económicos;*
- *Consultor de instituições internacionais, governamentais e privadas;*
- *Deputado (P.P.D.) à Assembleia Constituinte;*
- *Membro de várias organizações científicas nacionais e estrangeiras.*

MESA REDONDA

OS FUNDAMENTOS ECONÓMICOS
DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

FRANCISCO SANSFIELD CABRAL — A realidade que temos — em grande parte herdada do passado — é a de uma economia dependente de centros exteriores de decisão. Essa dependência limita, claro, a capacidade de autonomia, de autodeterminação económica nacional.

A nossa conversa versará sobre a análise dessa situação de dependência económica e sobre as vias possíveis para a modificar. Entretanto, para introduzir o debate, gostaria de apontar alguns aspectos em que mais se revelam as limitações à autonomia do País.

Assim:

- metade do que comemos é importado;
- as nossas exportações (que cobrem apenas metade das importações) concentram-se em cerca de 4/5 nos países da O.C.D.E., sobretudo Europa Ocidental; tornámo-nos, pois, muito vulneráveis às flutuações conjunturais desses países — que agora estão em grave crise;
- o desequilíbrio comercial tem sido, até certo ponto, contrabalançado pelo dinheiro de cerca de um milhão de emigrantes (cujas remessas chegaram a equivaler a 2/3 do valor global das exportações);
- o crescimento económico português nos anos 60 ficou largamente a dever-se à expansão de indústrias ligeiras de exportação (têxteis, confecções, componentes electrónicos, etc.), indústrias de mão-de-obra barata que já não interessavam aos países mais industrializados; foi-nos, assim, imposta uma determinada especialização;
- boa parte dessa expansão industrial voltada para mercados externos ficou a dever-se à iniciativa estrangeira: comercial e industrial (instalando indústrias em Portugal);
- embora o investimento estrangeiro não tenha atingido valores espectaculares, acelerou-se a interpenetração empresarial entre Portugal e o

estrangeiro; muitas multinacionais aqui se instalaram, ao mesmo tempo que os grandes grupos privados portugueses começaram a internacionalizar-se; no quadro de uma internacionalização assim processada, os interesses nacionais teriam de sair muitas vezes prejudicados pelas estratégias globais dos grupos estrangeiros;

- a nossa fraca capacidade tecnológica tem-nos entregue à mercê das condições impostas pelas multinacionais e outros grupos económicos para nos fornecerem «know how».

Portanto, põe-se a questão de saber como ultrapassar esta situação de dependência. Mas concretamente, será isso possível sem profundas modificações internas no campo económico, político e social? Quais?

JOÃO CRAVINHO — O tema da independência nacional e das suas bases económicas é extremamente vasto. O Francisco Cabral acaba de o introduzir fazendo apelo a várias situações de facto.

Para começar, gostaria de dizer que o problema da independência nacional e das suas bases económicas é muitas vezes visto como se se tratasse pura e simplesmente de um problema de relação exterior. Um problema da nossa situação perante interesses que estão fora de nós. Acho esta perspectiva bastante errada, e gostaria de trazer aqui uma outra: o problema da independência nacional não é um problema de relação exterior mas é fundamentalmente um problema de relação interna.

Neste momento somos dependentes comercialmente num grau tão elevado como já aqui foi ressaltado. Somos dependentes sob os pontos de vista tecnológico, financeiro, político e cultural. Mas essa dependência não surge como uma imposição inelutável do exterior, resulta antes de um certo equilíbrio de forças no plano interno.

Resulta sobretudo de uma relação de dependência de certos interesses dominantes no plano interno relativamente a interesses estrangeiros, perante os quais os primeiros não são suficientemente fortes para que possam ter uma lógica própria. Portanto, para discutir o problema da independência nacional na sua base económica, como na sua base política ou cultural, temos, em primeiro lugar, de situar os interesses que se opõem na ordem interna. Obtida essa situação, pois segue-se naturalmente a identificação das ligações que no plano externo sustentam ou combatem certas forças, mas a dependência em que nos colocamos é o resultado de uma correlação de forças internas. Logo, as

razões da dependência, devemos procurá-las em primeiro lugar dentro do nosso próprio país, na correlação de forças que se estabeleceu em Portugal quanto à detenção do poder político e do poder económico.

Isto, significa, antes de mais, que lutar por uma política de independência nacional, tanto no plano económico como noutros, é lutar por objectivos que se destinam a servir os interesses da população portuguesa na sua grande maioria e é apoiar forças políticas, é apoiar movimentos de massas, que tenham como seus esses objectivos. É importante sublinhar a necessidade de definir estes objectivos duma forma realista. Tal definição não pode ser feita em abstracto. Tem de ter em atenção não só as nossas potencialidades e os nossos recursos, como também as possibilidades de colocação económica internacional e política que nos estão abertas.

Isso feito de uma maneira realista, poderemos então lançar-nos na questão de saber quais são as bases de uma nova política.

Gostaria de notar, ainda a título de introdução, que a defesa da independência nacional pode às vezes ser mal entendida como a defesa de uma posição de isolamento. Ou como a defesa de opções quixotescas na ignorância do peso e do poder que têm as principais correntes internacionais. Nada mais errado, pois não se trata de pensar na possibilidade de nos autodeterminarmos na ignorância de forças externas extremamente poderosas; não se trata de defrontar de qualquer maneira interesses internacionais adversos. O que se trata é de defender os nossos interesses, como País com identidade própria, procurando encontrar estratégias apropriadas quando certos interesses externos forem contrários aos nossos.

Defender uma política de independência nacional é aumentar os graus de liberdade do país e a sua possibilidade de assegurar os interesses da maioria do povo português. Para que sejamos cada vez menos reduzidos à situação de clientes, clientes impotentes, na esfera de influência de interesses estrangeiros em que nos colocámos, ou em que alguém por nós colocou o povo português.

Para sintetizar, gostaria de salientar que a política de independência nacional do ponto de vista prático é, nesta fase, fundamentalmente um problema de composição de dependências. Não julgo que seja realista pensar que um país na situação de Portugal se poderia isolar na comunidade internacional, para benefício do povo Português. Mas também não julgo que seja possível sustentar que os interesses do povo Português estão no reforço de relações de clientela com o país A ou o país B, qualquer que seja o sistema económico e social de A e B. Pelo contrário, julgo que está nosso interesse cortar tanto quanto possível esses laços de extrema dependência que actualmente nos vinculam para alcan-

çarmos com várias dependências menos fortes uma linha directriz que nos garanta maior liberdade de opção. Julgo que é neste sentido que se deve procurar as noções práticas duma política de independência nacional.

TEN-COR. CABRAL COUTO — Eu poria o problema mais ou menos nas seguintes bases:

Ao fim e ao cabo, as condições de independência nacional sintetizam-se, fundamentalmente, na capacidade de resistir a coacções externas, ou seja na capacidade de o Poder Político fazer opções autónomas, libertas de imposições, abertas ou veladas, de ordem externa.

No campo económico, julgo que se apresentam duas grandes vias: Uma, será a de se procurar a independência económica por um esforço no sentido da auto-suficiência; esta auto-suficiência pode ser, em parte, obtida por uma redução daquilo que se importa para satisfação de determinadas necessidades, ou seja, sacrificando voluntariamente o nível e estilo de vida de sectores da população.

Uma outra via, será através duma diversificação ou difusão de dependências, a qual proporciona «espaço de manobra», permitindo obter apoios relativamente a formas de pressão ou coacção de outros intervenientes, ou soluções de alternativa.

Daqui, surgem duas questões. Relativamente à primeira via, isto é diminuição da dependência externa por um auto-sacrifício interno, pode pôr-se a questão da viabilidade dum projecto desse género, face ao nível de desenvolvimento em que grande parte do povo Português se encontra. De facto, se tal pode ser aceitável relativamente a países em que o rendimento «per capita» seja, por exemplo, inferior a 300 dólares, interessa saber da viabilidade de tal projecto no caso de um país que está, de um modo geral, num limiar de desenvolvimento bastante mais avançado. Quer dizer, em que medida os sacrifícios inerentes a tal via serão, aceitáveis pela população?

A segunda opção consistiria numa diversificação de dependências. Neste caso, interessa averiguar qual a viabilidade real de, a curto prazo, se reorientarem correntes comerciais essenciais, quer no campo da exportação, quer no da importação. Talvez seja relativamente fácil diversificar o campo das importações, mas já me parece muito difícil a diversificação, a curto prazo, das exportações.

VASCO VIEIRA DE ALMEIDA — Creio que devemos colocar-nos num plano mais prático, mas concordo que é útil primeiro um enquadramento geral das opções que se nos põem, e dos objectivos que prosseguimos.

Antes de mais é preciso não confundir fórmulas de relação e cooperação internacionais com o problema da dependência, embora se trate de questões ligadas entre si.

Creio que basicamente a definição que o Cravinho dá de política de independência nacional é correcta, mas necessita de várias clarificações. Tratar-se-ia portanto de alargar os graus de opções a fazer em defesa dos interesses da maioria do povo português, eliminando simultaneamente a inserção, sem hipótese de defesa, na esfera de interesses estrangeiros.

Temos aqui portanto factores de natureza nitidamente interna: o que respeita às escolhas políticas que o país deve realizar e o que se relaciona com a determinação do que são os interesses do povo português.

Estas questões, que constituem o cerne de qualquer transformação política, têm um carácter ideológico e traduzem-se numa relação de forças antagónicas que, ou encontram um ponto de equilíbrio, por via democrática, ou um ponto de rotura, por uma tomada de poder por processos totalitários ou violentos.

Para além do facto de eu rejeitar inteiramente métodos não democráticos ou vanguardistas de conquista do poder, é preciso saber, nas condições concretas do país, e dentro do equilíbrio de forças à escala mundial, como e em que grau podemos nós alargar a nossa liberdade de acção interna, sem destruir os objectivos mesmos que nos propomos.

Para tanto, temos de esclarecer os vários tipos de dependência com que não podemos deixar de contar.

Em primeiro lugar existe, e é uma simples constatação sem apreciação do fundo do problema, uma divisão do mundo em duas grandes zonas de influência, com uma possível terceira (a China), anda por classificar, acompanhadas por áreas de relativa indeterminação em que o pseudo não alinhamento não é senão o espaço de manobra relativo que as superpotências aceitam por agora.

Portugal está geográfica e estrategicamente inserido no espaço europeu e a sua economia está na sua maior parte ligada aos mercados do continente.

Estes factos condicionam como é óbvio os modelos de organização social que pretendam atingir-se e limitam também os métodos a utilizar, e se queremos em Portugal introduzir um regime de justiça social e de liberdade, é dentro do quadro europeu que temos de colocar-nos. A única outra alternativa seria a da tomada do poder violenta por grupos minoritários que, provocando uma rotura inevitável, política e económica com os nossos parceiros tradicionais,

obrigariam o país a colocar-se numa nova forma de dependência — então inteiramente submissa — relativamente a outros países. Admitindo que estes estavam interessados nisso.

Creio ser por esta razão que, na luta política as forças em presença tendem a denominar de «auxílio» o apoio que recebem de potências que são afectas à sua linha de orientação, e de «dependência» o suporte dado por outros países às formações opostas.

Mas há outros tipos de dependência mais subtis, e alguns inevitáveis, mesmo para as grandes potências. Penso ser essa a base mesma de todo o conceito de segurança, desanuviamento e equilíbrio a uma escala mundial.

Ninguém questiona a independência dos Estados Unidos quando estes são forçados a aceitar a nacionalização das suas companhias petrolíferas, feita por estados fracos e altamente dependentes do fornecimento de equipamento pelo ocidente. Ninguém põe em dúvida a independência da União Soviética ao depender da compra de trigo americano para assegurar o abastecimento de pão aos seus habitantes em resultado de más colheitas. E porá alguém em dúvida a existência de um elevado espaço de manobra ao examinar a estrutura e evolução recente dentro dos países europeus?

É evidente que os países semiperiféricos, como Portugal, tem menos mobilidade que as nações industrializadas. Por isso mesmo, não podemos deixar-nos cair na alternativa de, ou ter um regime autocrático que pela força nos mantenha na órbita do ocidente, mas não nos permita introduzir as profundas modificações de que precisa a sociedade portuguesa, ou entregar o País ao governo de grupos minoritários que, arrogando-se o direito exclusivo de interpretar os interesses do povo português, se vejam forçados a procurar apoios externos que venham criar novas formas de dependência, além de terem de recorrer no plano interno, à tomada de posições de autoridade antidemocrática.

Finalmente gostaria de esclarecer dois pontos e tirar uma primeira conclusão.

O primeiro ponto refere-se à forma irresponsável como se tem encarado as operações de empréstimo externo. Todos os países as fazem, socialistas ou não; quase todos os países delas precisam. O único aspecto importante consiste na salvaguarda de cláusulas que possam representar intromissão política na vida do beneficiário. Feita esta ressalva, não devem confundir-se operações deste tipo com qualquer forma de dependência. Entram antes como disse no início, no plano de cooperação internacional — mesmo entre blocos. É assim que a U.R.S.S. obtém créditos a juro baixo dos Estados Unidos.

O segundo ponto consiste no alarme que se levanta à volta da divisão internacional do trabalho como forma de opressão dos países industrializados. É evidente que um país deve furtar-se a uma estrutura que o coloque na total dependência de outro ou outros no que respeita à sua industrialização, criando as suas próprias actividades, se o puder fazer, mesmo em sectores onde se pode importar barato do exterior. Mas a tessitura de relação internacional é complexa e o desenvolvimento de cada país assenta também nas suas riquezas naturais, nas possibilidades de concorrência que tiver, na sua situação geográfica, etc. O facto é que o Mercado Comum não trouxe um acréscimo da divisão entre os seus membros, e o Comecon, que sem dúvida contribuiu para a subida do poder industrial dos países de leste, o fez com uma profunda divisão de funções — portanto com criação de fortes bases de interdependência.

A primeira conclusão que queria tirar nesta intervenção inicial é a de que, em termos de política económica, a nossa situação é a de termos de seguir a meu ver um único caminho: se pretendemos a criação em Portugal de um regime democrático e justo, devemos tentar a transformação gradual da sociedade portuguesa por via democrática. Isso nos permitirá diversificar os nossos mercados e as nossas ligações externas, diminuindo o grau da dependência actual e isso nos tornará possível criar um país mais rico, mais forte e mais estável.

A outra via para a criação de uma forte estrutura económica interna, impõe o domínio político por forças minoritárias fortemente autoritárias, com criação fatal de outro tipo de dependências externas que julgo serem também de evitar. Além disso os custos sociais e os sacrifícios a impor, se este caminho fosse adoptado, seriam quanto a mim inacceptáveis.

ALFREDO DE SOUSA — Eu suponho que falar de inteira independência nacional, nomeadamente no campo económico, é pura utopia.

Duma maneira ou doutra, todos os países são dependentes. E são tanto mais dependentes das relações económicas internacionais, quanto mais pequenos são, porque não tendo uma dimensão de mercado nem normalmente uma diversificação de produção têm de se especializar e têm, portanto, de se inserir nas relações económicas internacionais. Mas as dependências internacionais podem ligar-se em parte à estrutura de poderes internos em cada país, pois um país depende tanto mais quanto menos democrática for a sua situação política, porque o grupo dominante que estiver no poder tenta sempre obter, para a consolidação do seu poder interno, um apoio externo. Pode ser um grupo dominante de base

capitalista, pode ser um grupo dominante de base soviética ou pró-soviética, pode ser um grupo dominante de qualquer natureza. Tentará sempre obter esse apoio exterior. Portanto não é a simples mudança de grupo dominante que vai alterar o grau de dependência exterior. As relações de dependência exterior, em meu entender, equilibram-se, ou melhor diversificam-se melhor quanto mais democrática for a estrutura interna de um país, porque numa estrutura democrática nenhum grupo que seja detentor do poder político tem a garantia de o conservar indefinidamente pois estará sujeito sempre a perdê-lo por vontade popular democraticamente expressa.

Estará assim constringido a dialogar com outras classes, com outras estruturas de poder e conseqüentemente a limitar a sua ambição de obter os apoios externos que lhe convenham como classe ou grupo dominante. Na realidade nas situações concretas, a dependência ou a maior ou menor diversificação de dependências, dependem também de uma trajetória histórica e de condições que foram herdadas.

No caso concreto português não há dúvida nenhuma que o facto de termos iniciado uma política colonial que nos colocou à margem de relações diplomático-políticas internacionais, levou a que a nossa estrutura comercial ou as nossas relações comerciais se tivessem voltado, sobretudo a partir de 1961, mais predominantemente para os mercados únicos ou principais que nos estavam abertos, como sejam a Europa e os Estados Unidos. Isso obrigou-nos, não tanto talvez por opção pseudá, mas pelas circunstâncias em que fomos colocados, a ter uma determinada estrutura de produção. Fizemos uma ruptura histórica em 1974, não só na política colonial, mas fizemos uma ruptura histórica com o sistema político que tínhamos anteriormente. Quer dizer, adquirimos agora um grau de liberdade de escolha bastante maior e neste momento temos de aproveitá-lo para redefinir as nossas relações com o mundo exterior. Temos de aproveitá-lo, não no sentido de nos voltarmos para outro tipo de dependência, mas para equilibrar e minorar as dependências que necessariamente teremos de ter. E quando as dependências estão mais equilibradas, a força de negociação com cada uma delas aumenta substancialmente.

Mas temos de fazer esta transformação — no meu entender — de forma evolutiva, sem provocar rupturas externas bruscas, porque na situação geopolítica concreta em que estamos, creio que as rupturas seriam insuportáveis a largo prazo, sobretudo para a institucionalização da democracia em Portugal.

E é urgente que definamos essa orientação porque, como escrevi num artigo publicado há tempos no «Expresso», a economia está pondo prazos à política.

A evolução dos fenómenos económicos está a acelerar-se, a situação económica portuguesa deteriora-se, e podemos chegar a uma situação de tal forma catastrófica, do ponto de vista económico, que as soluções políticas que tenhamos de vir a tomar não sejam aquelas que mais desejaríamos. Talvez venham a ser soluções de emergência, soluções não pensadas, pelo menos, não pensadas colectivamente pelo conjunto do povo português.

É por isso que a definição do poder político, as eleições próximas se tornam necessárias para definir o poder político em Portugal no caminho que entendermos e que será necessariamente também um caminho para minorar as nossas dependências internacionais.

Isto é um pouco teórico e limita-se à formulação geral do problema. No meu entender, deveríamos preocupar-nos em definir o que devemos fazer para minorar essas dependências. Julgo que é fundamental, é mesmo urgente que definamos o sistema económico para que a produção se possa relançar. Acentuo que o aumento de produção é a maneira mais concreta, mais realista de diminuirmos a nossa dependência (podemos escolher os nossos fornecedores, de termos alguma liberdade de escolha dos nossos clientes). Carecemos de aumentar a nossa produção interna, e não continuarmos a estar confiados no auxílio meramente financeiro de alguns países amigos, que por agora é necessário, mas não se pode prolongar indefinidamente. A solução para conseguirmos a independência é aumentarmos a produção, aumentarmos a nossa riqueza, a nossa capacidade de produzirmos as mais diversas coisas que as condições de recursos naturais, habilidade técnica e a situação geográfica nos permitem fazer. Portanto, o problema que para mim se põe mais agudamente é: o que vamos fazer concretamente para sairmos da crise económica em que estamos? Neste momento dispomos ainda de alguns meses para relançarmos a nossa produção mas se, digamos nos próximos 12 meses, não fizermos isso, eu receio — e receio, pois que a escolha para nós é dramática — que a única maneira de sobrevivermos será o cairmos então fatalmente numa dependência externa qualquer, que neste momento não sei qual é.

Teremos de encontrar um protector à escala mundial que tenha o bom querer de nos sustentar e de nos apoiar.

Dispomos de um curto espaço de tempo para relançarmos a produção dentro de Portugal e é esse o problema que é fundamental discutir.

FRANCISCO SARFIELD CABRAL — O Dr. Alfredo de Sousa levantou um problema que estava, aliás, na mente de todos: a actual crise económica

limita drasticamente, e cada vez mais, a nossa capacidade de actuação. Portanto o primeiro imperativo de independência nacional, sob o ponto de vista económico, será vencer essa crise. Assim, eu punha a questão de saber como vencê-lo.

Concretamente, perante este aguilhão da crise económica, que se agudiza dia a dia, será possível, ainda, levar a cabo uma transformação estrutural, ou seremos obrigados a inserirmo-nos numa dinâmica de salvação da economia que não nos permita, já, escolher reformas de fundo?

JOÃO CRAVINHO — Gostaria de ir directo a essa questão mas parece-me que as observações feitas pelo ALFREDO DE SOUSA suscitam alguns comentários, que se prendem, aliás, com as soluções a pôr em prática.

Abordo nesta intervenção 2 questões, uma simples de tratar, outra mais complicada.

A primeira: a ideia implícita nalgumas afirmações que a independência nacional pressuporia, seria facilitada por um fecho perante o exterior.

Nas condições em que nós vivemos a ideia, explícita ou implícita, de qualquer desenvolvimento autárcico deve ser totalmente afastada.

Sob o ponto de vista da independência nacional não me causa problemas, (antes pelo contrário, vejo nisso uma alavanca) que Portugal troque as suas produções com todo o mundo. Por mim não conjugo a noção de independência nacional com a diminuição de abertura ao mundo, nomeadamente à abertura sob o ponto de vista de relações económicas. Mas bom é que nos controlemos. Tudo está em saber que abertura e que solução encontramos para ela.

Para procurar as soluções temos de nos fundamentar na nossa situação interna, tal como ela efectivamente se dispõe. E aí tenho de me referir a observações com as quais manifestamente não estou de acordo.

Não é indiferente saber quem virá a deter o poder político para que de futuro se possa ir além das soluções ou tipos de desenvolvimento que têm sido característica do passado e que convém a todo o custo evitar. A menos que pura e simplesmente se diga que se pretende a melhoria das condições de vida dos portugueses, mas, efectivamente, nada se faça para essa melhoria, antes pelo contrário, o que resulte do somatório dos actos concretos que constituem a vida económica seja de facto uma situação degradada.

Ora, quererá focar aqui 3 exemplos em que estão profundamente imbricadas as questões cruciais da dependência ou independência nacional, do ordenamento interno e da luta de interesses titulados por grupos sociais opostos.

Em qualquer dos 3 casos até aqui não foi encontrada uma solução adequada aos interesses do povo português

Falarei, a título de exemplo, do problema da balança de pagamentos, relativamente a 2 aspectos muito concretos de desenvolvimento interno; por um lado, o desenvolvimento interno; por um lado, o desenvolvimento agrícola, e, por outro, a emigração. Ainda hoje um ministro disse que dispomos já dos 25 milhões de contos necessários para importar os produtos alimentares que iremos consumir. Afirmção que, dum ponto de vista da solução da crise económica portuguesa, considero alarmante. Porque, o problema prioritário a que se deve dirigir um governo não é o de encontrar por via de empréstimo os 25 milhões de contos necessários para importar os alimentos de que de facto necessitamos. É o de encontrar meios de produzir internamente muito do que se importa e não se deveria importar.

Todos nós sabemos, que nos após-guerra a agricultura portuguesa cresceu a um ritmo extremamente deficiente, dos mais baixos da Europa, a um ritmo de cerca de 1 por cento; e ainda por cima, esse ritmo tem sido de tal maneira irregular que em alguns anos registaram-se quedas que chegaram a atingir 10 por cento. Era o mau ano agrícola, desculpa que servia para tudo, sobretudo para encobrir defeitos de estrutura que o poder político não tinha o menor interesse em resolver; era o bom ano agrícola e lá vinha a agricultura a crescer relativamente ao ano anterior mas como neste último tinha caído a produção...

Tudo junto, numa perspectiva de longo prazo, a produção agrícola, aumentou ao ritmo de 1 por cento com uma irregularidade extrema.

O consumo nacional de produtos alimentares de maneira nenhuma poderia aumentar a ritmo tão baixo. Basta dizer que por mais baixa que seja a capitação neste momento dos nossos consumos alimentares essenciais, o certo é que em Portugal o consumo privado teria de crescer a uma taxa razoável, não inferior a 3/4 por cento, de tudo isto resultando que o consumo de produtos alimentares teria de ter sempre um ritmo de crescimento muito superior aos fornecimentos da nossa agricultura. Isto teria de conduzir a profundas carências que só poderiam ser colmatadas pelo recurso sucessivo a importações maciças em muitos casos desnecessários se se pusessem em jogo capacidades internas de produção mal aproveitadas.

Pois se parte das importações eram desnecessárias nesta perspectiva, se isso tecnicamente está mais do que reconhecido, porque razão é que as brechas não eram colmatadas? Porque havia interesses de tal maneira entrenchados num certo tipo de relações no campo, que de facto não era possível sem alteração profunda dessas relações prover às necessidades do País.

Este problema não se resolve em Mértola ou em Alvaiázere. Resolve-se à escala do país, por intermédio duma política agrícola que tenha em conta os interesses da população portuguesa e que quebre os interesses parciais que se opõem à satisfação das necessidades essenciais do povo português, no campo da alimentação como noutros.

Essa política, é evidente que não será feita pelos próprios privilegiados ou por seus representantes ou pelos seus aliados. Tem de ser feita por quem está interessado num determinado objectivo que não é propriamente a defesa das posições minoritárias de uns tantos privilegiados.

O resultado de não ser praticada essa política está à vista. Em vez de despende 25 milhões de contos para importar alimentos, dinheiro obtido em parte por empréstimo externo, uma fracção muito considerável das necessidades, se tivessem sido tomadas medidas, seria produzida internamente, criando emprego, evitando pressão sobre a balança de pagamentos, aumentando, pois, a nossa independência face ao exterior e aumentando a nossa coesão interna.

Vejamos agora o caso da emigração. Sabemos todos como a emigração contribui de uma maneira tão relevante para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos. E todos nós seguimos as remessas dos emigrantes como um médico à beira do doente segue a escala das temperaturas. Temos por essa via uma dependência umbilical muito séria. Todos nós sabemos que quando os emigrantes diminuem as remessas de divisas para Portugal isso traz-nos fortíssimos problemas.

Eu vejo a emigração não como uma solução para os problemas portugueses nem como uma espécie de praga que sobre nós caiu irremediavelmente. Vejo-a como o resultado de uma conjugação de factores muito relacionados com a ordem interna. Portugal ao longo da década de 60 actuou como actuaram outras economias que tinham recursos naturais a exportar. Haveria quem tivesse petróleo haveria quem tivesse minérios. Os detentores do poder em Portugal tinham mão-de-obra bruta, se assim se pode dizer.

Então, tudo se passou logicamente. (Este raciocínio não é de facto uma mera analogia, mas a expressão da lógica de funcionamento do capitalismo português na década de 60). Tudo se passou como se nos centros de decisão se descobrisse que se poderia transformar em divisas mão-de-obra para eles relativamente inútil, mão-de-obra pouco produtiva em Portugal. Tal como um país árabe transforma petróleo que jaz improdutivo no seu subsolo em divisas. O sistema capitalista funcionou em Portugal muito à base deste mecanismo, como é possível demonstrar.

Para que isto fosse possível, era absolutamente essencial que não se criassem empregos em Portugal em quantidade suficiente, que o mercado de trabalho fosse extremamente tenso, que não oferecesse oportunidades. De outro modo não haveria emigração que pudesse remeter para as mãos dos grupos monopolistas, através da banca, recursos de um montante extremamente considerável.

A emigração remeteu para Portugal em 1973, se não me engano, qualquer coisa como 26 milhões de contos.

Quer dizer, o surto emigratório esteve muito dependente duma ordem interna, de um esquema económico e social que recusou criar empregos e que, pelo contrário, impeliu a mão-de-obra para o exterior para que ela remetesse divisas. Raciocínio maquiavélico que certamente não esteve no início do surto emigratório, mas o certo é que a partir de certa altura, era claro para toda a gente que as coisas se passavam assim. E havia grupos que tiraram o seu proveito desta situação. Agora, curiosamente, a crise de emprego é uma das razões mais invocadas para encontrarmos apoios externos a todo o preço.

Julgo que dentro de meses, o desemprego em Portugal pode avolumar-se extraordinariamente. Na nossa economia há numerosíssimas empresas que estão numa situação tão precária, empresas de tecnologia extremamente reduzida que viviam num mundo altamente protegido e dependente de mecanismos, hoje estão totalmente abalados, que poderá estar próximo o seu colapso. E esse colapso pode pôr no desemprego, em poucos meses, milhares e milhares de trabalhadores. Em alternativa, teremos de manter algumas centenas de milhares de pessoas em subemprego, ou mesmo desemprego, nas suas fábricas, através de subsídios, os mais variados, que não poderão prolongar-se muito. A solução que alguns vêem para isto, é obter do estrangeiro sob as mais variadas condições — pesadas porventura, pois ninguém dá gratuitamente seja o que for — empréstimos e acessos a certos mercados, colocando-se logo à partida uma situação de dependência que tudo está disposta a aceitar.

É importante saber como é que se chegou a esta situação; porque se ignorarmos as causas e repetirmos os comportamentos, as mesmas causas darão os mesmos efeitos, sujeitos a acomodações meramente circunstanciais.

Ora o certo é que foi um jogo bem caracterizado dos grupos detentores do poder político-económico que conduziu a esta situação. É possível explicar isto de uma maneira muito clara mas não vou entrar por aí devido a limitações de tempo.

Vejamos agora um 3.º aspecto da relação entre o incremento da produção nacional, a satisfação por essa via das necessidades elementares da população e a maior ou menor independência perante interesses estrangeiros.

Sabe-se que a indústria farmacêutica é vital para a defesa da saúde das populações. Portanto, tudo quanto se passa com essa indústria, embora ela não tenha uma projecção económica muito grande, adquire projecção extraordinária num plano não meramente produtivo pela importância do objectivo que serve. Ora, sabemos que a nossa dependência externa em matéria de indústria farmacêutica é abusiva, é exorbitante. Estamos condicionados em muitos casos por uma submissão injustificada relativamente a interesses estrangeiros. Verificam-se factos que são absolutamente extraordinários. Por exemplo, existem em Portugal produtos que são exportados a um preço muito inferior àquele que nós somos obrigados a pagar pelos mesmos produtos quando os importamos. Para começar, há que pôr a seguinte questão: se produzimos, e até exportamos, porque importamos? (Ainda por cima, em condições tão desfavoráveis!) Pois aí está um dos aspectos sórdidos do negócio, que se resume dizendo que por força dos contratos de licenciamento, certos produtos nacionais são obrigados a adquirir matérias-primas a fornecedores estrangeiros em regime praticamente de exclusivo, o que lhes permite fazer o preço que querem, independentemente de haver produção nacional ou não. Isto é um exemplo, poder-se-iam citar outros. A indústria farmacêutica está bem estudada. Não vou agora deter-me nela. Simplesmente, pergunto: se este assunto está bem estudado, porque razão não se resolve? Porque há interesses externos que se opõem à sua resolução, apoiados em forças internas.

Todos estes exemplos mostram a ligação entre os aspectos concretos que pode assumir a independência nacional e a ordem interna. A ordem interna é o ponto fulcral. Não é por si só suficiente para resolver todos os problemas que se põem no campo da independência nacional. Simplesmente nenhum deles se resolverá se o poder político for detido por fracções que estão solidárias — e mais que solidárias, dependentes, servis — perante interesses estrangeiros que se opõem aos nossos. Esse é que é o fulcro da questão da independência nacional.

VASCO VIEIRA DE ALMEIDA — Foi feita a análise das razões que levaram à situação actual e das características do tipo de economia que temos, mas vamos pensar é concretamente, e foi esse o problema posto pelo ALFREDO DE SOUSA, como é que saímos desta situação.

Suponho que há algumas afirmações de base que são essenciais. Em primeiro lugar, o saber se a nossa incapacidade de resolver problemas concretos económicos deste país, neste momento, impede os objectivos mesmos que

existem depois da Revolução de 25 de Abril, isto é, saber se o facto de se manter a crise pode ou não vir a colocar-nos numa situação de total dependência em relação ao exterior e de total impossibilidade de obter objectivos, sociais, claramente possíveis depois do 25 de Abril.

Para resolver esses problemas, nós temos de atender a 2 factores fundamentais:

Há necessidade de agir com enorme rapidez desde já, porque a mim me parece que a permanência dessa crise poderá pôr em causa todos esses objectivos, e em 2.º lugar há que saber quais as medidas concretas a tomar e quais são os factores que as condicionam.

No que diz respeito aos factores condicionantes, a fragilidade da economia portuguesa, tornará praticamente impossível, que a tendência seja modificada de um momento para o outro. Trata-se de uma economia que está ligada a inúmeras formas de dependência que não podem ser eliminadas imediatamente, e, sobretudo, não podem ser eliminadas, se nós criamos mais situações de ruptura interna que, então sim, nos colocarão em novas formas de dependência, insolúveis durante bastante tempo.

Ora há situações novas depois do 25 de Abril que modificam profundamente os dados da questão.

O poder dos monopólios ou dos grandes grupos financeiros, tal como existiam antes do 25 de Abril, desapareceu. Desapareceu a sua capacidade de actuação através da utilização do sistema financeiro, através da utilização da capacidade de acumulação de capitais feita por intermédio de companhias de seguros e dos bancos. A capacidade de concentração industrial, que nós conhecíamos antes do 25 de Abril, foi efectivamente destruída em grande parte.

Depois, o País descolonizou. Isto é destruiu também um tipo de ligações económicas financeiras e comerciais que existiam entre determinados sectores da vida económica portuguesa e o seu interesse noutras zonas.

Finalmente foram entretanto criadas liberdades não só no plano político — liberdades de associação, de reunião de expressão —, mas foram também criadas liberdades económicas — existe hoje uma liberdade sindical, existe um direito à greve, existe a liberdade de contestação e até, em muitos casos a liberdade de intervenção por parte dos trabalhadores.

Portanto, é com base neste quadro inteiramente novo que temos de examinar como construir o esquema de ultrapassagem da crise.

Parece-me que não há nenhuma hipótese de estabelecimento de qualquer esquema a prazo sem que seja perfeitamente definida e clarificada a situação sob o ponto de vista político, o que não acontece ao longo destes 22 meses.

Quando falamos na incapacidade de solução dos problemas antes do 25 de Abril, verificamos que essa mesmíssima incapacidade de solução se verifica depois do 25 de Abril em muitos pontos concretos.

E isso foi assim, precisamente porque nunca houve uma clarificação do poder político. Portanto o primeiro aspecto que me parece essencial é que essa clarificação se faça, e uma vez rejeitado qualquer modelo autocrático ou qualquer modelo ditatorial.

Portanto, clarificação do poder político e mais do que clarificação, legitimação do poder político. Essa legitimação tem uma importância óbvia e fundamental não só do ponto de vista da própria estrutura política do País, mas também porque é a única via que nos permite estabelecer a médio prazo as medidas necessárias para a ultrapassagem dessa crise. Essas medidas, terão de assentar na clarificação da orientação a dar à economia portuguesa nos próximos anos, não com base em alvos ideológicos determinados, ou modelos preestabelecidos, mas na resolução dos problemas básicos concretos do país neste momento.

Só essa via permitirá às pessoas compreender as vantagens do funcionamento do sistema democrático e até as vantagens de esquemas de socialização da actividade económica.

Não podemos manter um sistema em que é possível ter 400 mil desempregados, não podemos suportar a paragem ou a redução da produção e depois entrar no ciclo vicioso que nos faz reduzir consumos, mesmo de produtos produzidos internamente, que por sua vez nos faz reduzir de novo a produção.

Portanto eu diria que o problema se põe fundamentalmente na possibilidade de obter recursos internos que nos permitam acelerar o investimento produtivo. O investimento produtivo num país como Portugal, não pode nas circunstâncias actuais ser provido fundamentalmente pelo Estado. A própria queda de produção faz com que as receitas do Estado sejam reduzidas e portanto não será possível (a não ser com maior recurso aos impostos indirectos) essa utilização principal de investimento por parte do Estado. É exactamente nessa base que o Orçamento para este ano prevê números que são extremamente baixos em relação ao conjunto do investimento privado, sem no entanto estarem definidas as condições práticas concretas em que esse investimento poderá ser feito.

É necessária uma definição muito clara das regras do jogo e essas regras do jogo imporão a auto-organização no sector público que tem neste momento déficits enormes resultantes da ineficácia da administração, e numa clara definição de qual é o papel do sector privado nos volumes globais de investi-

mentos que se pretendem realizar. Para isso só é necessária a criação de regras básicas que permitam o estabelecimento de 1 esquema de confiança que torne possível este investimento. Essas regras básicas, passam pelo estabelecimento de garantias ao sector privado, pelo esclarecimento das regras de funcionamento das empresas e eu penso que tudo isto será possível e não é incompatível com uma ideia de planeamento da economia, com uma ideia de orientação central por parte do poder político.

Em que sectores deve concentrar-se o investimento para fazermos o relançamento da economia e para podermos absorver empregos?

Julgo que nesta fase inicial os esquemas continuam a ser bastante mais simples do que as discussões parecem sugerir. É necessário criar indústrias de substituição de importações, é necessário que essas indústrias, essas ou outras que se criem, sejam sobretudo intensivas em trabalho. É necessário procurar reduzir déficits na balança de pagamentos, é preciso não descurar a ideia de que devem reforçar a indústria virada para a exportação. É finalmente necessário, estruturar toda a produção no sector agrário e não apenas por métodos técnicos, mas por métodos de exploração da própria propriedade, o que numa reforma agrária bem conduzida, me parece absolutamente essencial. Mas todo este trabalho tem de ser iniciado desde já.

Simultaneamente, urge lançar um forte programa de criação de infra-estruturas no plano social, portanto, infra-estruturas de educação, do saneamento básico, etc. É inadiável a formação e recuperação de técnicos porque ao falar em investimentos, ao falar em crescimento económico, ao falar em fugir a formas de dependência, esquecemos, que não temos neste momento, nenhuma possibilidade de a curto prazo vir a obter os gestores necessários para pôr em funcionamento esta máquina. A economia não funciona apenas com bons ministros da Economia, mas sim com estruturas completas como patamares de decisão, devidamente preenchidos a todos os níveis.

Precisamos de lançar um esquema de obras públicas no plano das comunicações, no plano de construção de estradas, no plano de transportes, etc. E precisamos de, com tempo, vir a pensar efectivamente, na orientação a dar, não só no sentido de exploração de recursos nacionais, mas também no sentido da criação de indústrias básicas e não apenas complementares dos países com os quais trabalhamos.

Lembro por exemplo, a existência duma indústria petroquímica, uma indústria metalomecânica uma fábrica de tractores, uma fábrica de vagon, etc. Trata-se de actividades que em princípio, podem ser concorrentes da produção de países bem mais desenvolvidos do que nós e com quem temos relações.

Tudo isto tem de ser acompanhado por uma reforma completa do sistema bancário, pela criação de esquemas de poupanças, o que também implica criação de formas de confiança. Mas toda esta forma de actuação, não pode ser feita sem que haja um período transitório, durante o qual, temos de ir buscar os recursos e os apoios onde eles existam.

Não é possível pensar que uma reforma destas se realiza por decreto, como se tentou fazer em muitos aspectos, dum forma inteiramente irrealista e utópica, ao longo destes 22 meses em que nos preocupamos fundamentalmente em modificar estruturas no papel, em recorrer a soluções de carácter ideológico, que depois não funcionaram, simplesmente porque nos esquecemos do País concreto em que estávamos, e da estrutura sociológica de Portugal neste momento.

Ora isso pode implicar, em determinados momentos, o recurso a operações externas. Simplesmente, julgo que todas essas operações perderão qualquer sentido se não forem consideradas, efectivamente apenas como uma fase transitória e curta, antes do estabelecimento dum plano económico global de recuperação nacional.

Julgo que será extremamente perigoso, e nisso estou de acordo com o CRAVINHO, se basearmos as tentativas de recuperação em novas formas de dependência externa que não façam sentido. Agora, o que me parece, no plano concreto, é que tudo isto depende fundamentalmente do estabelecimento dum programa de acção extremamente claro, preciso e cominativo que tem de ser estabelecido, uma vez feitas as eleições entre os partidos que eventualmente venham a ganhá-las.

Não acredito na eficácia dum simples sistema de coligação que pode ser altamente destrutivo das possibilidades de recuperação se não assentar num programa de acção comum que seja não só aceite pelas forças políticas, e pelas empresas, mas que seja compreendido realmente pelas classes trabalhadoras. Doutra maneira não será possível e viável qualquer esquema de actuação no futuro. Portanto, estão aqui dadas algumas ideias em linha muito geral do que eu penso do que devia ser uma actuação concreta nossa. Julgo que isto é muito mais importante do que o problema de sabermos agora onde é que vamos buscar os auxílios externos, como é que diminuímos essas formas dependência, porque, como diz o ALFREDO DE SOUSA, essas formas de dependência não podem ser reduzidas, na situação actual da política e da economia portuguesa.

ALFREDO DE SOUSA — Bom, é impossível dar resposta, completa porque às 8 menos um quarto devo sair e tenho 2 minutos na minha frente.

Portanto, a única coisa que me proponho é focar alguns aspectos em geral e pedir se me deixam completar a resposta por escrito, uma vez que eu não posso permanecer mais tempo aqui e na distribuição do tempo fui mal sorteado.

Há dois pontos que no entanto queria referir muito rapidamente. De facto não é indiferente saber quem detém o poder, mas também não é indiferente deter o poder numa situação democrática ou numa situação não democrática.

Numa situação democrática, estou persuadido que a força dos apoios externos que os grupos detentores do poder vão buscar a outros grupos de interesses exteriores é sempre muito mais precária, é sempre muito mais contestável, se houver liberdades, se houver um sistema democrático, se houver um sistema efectivo de alternância entre forças políticas.

Falou-se aqui que teria havido, parece-me, como que um sistema maquiavélico, no que diz respeito à exportação de mão-de-obra portuguesa.

Eu lembro-me que em determinada altura houve um conflito entre os centros de poder dominantes em Portugal: se deveria ou não deixar exportar mão-de-obra. E havia grupos económicos com certo poder em Portugal que se opunham pois, se deixassem sair a mão-de-obra, os salários elevavam-se e as possibilidades da nossa economia diminuían. Outros, pelo contrário, disseram que a exportação de mão-de-obra seria uma ocasião para abrir novos mercados no exterior e inclusive, vir, mais tarde a recuperar essa mão-de-obra já qualificada e treinada tecnicamente.

Como se vê, nem sempre há intenção maquiavélica uniforme; há muitas vezes interesses contraditórios e essas contradições e sua crítica aparecem muito mais em democracia do que aparecem num sistema não democrático.

Mas voltamos ao cerne do nosso problema: a recuperação económica.

Efectivamente nós estamos numa situação dramática. Não tenho tempo para explicar rapidamente quais as razões em que me fundamento, limito-me a apontar o seguinte:

Sabemos que este ano, 1976, se não conseguirmos definir uma política económica séria, de relance, nós poderemos aguentar, com as reservas que ainda nos restam, mais um ano ou dois, isto é usar essas reservas para apoiar o consumo, como se fez nestes 22 meses que passaram. Não podemos esquecer que em consumo, perdemos cerca de 45 milhões de contos. Diz-se, depressa, mas é muito dinheiro.

Tenho escrito várias vezes e, desde há muito tempo, tenho chamado a atenção dos responsáveis pela política económica para este caminho inviável

que estávamos a seguir, com a redistribuição de uma riqueza *acumulada* e não de riqueza produzida.

Parece-me que isto obedeceu, senão pelo menos a uma intenção de desbaratar a economia por este caminho, pelo menos a um descuido muito grande e a uma grande imprudência, porque a economia portuguesa viveu comendo as reservas que tinha, paradoxalmente vivendo da «herança» salazarista.

Ora, o aprofundamento da crise económica que vivemos pode vir a pôr problemas não só de dependência externa, mas em meu entender a pôr problemas sobre a estrutura interna, em suma, a pôr em perigo o regime democrático que queremos ver instituído em Portugal.

Estou convencido de que o aprofundar da crise, fazendo convergir o desemprego (que atingiu 460 mil pessoas no fim do ano contando já com os activos dos retornados) com a inflação, com certas restrições, com a morosidade, o impasse, a gelatina em que se vive em parte das nossas estruturas, pode criar-se uma situação psicológica de cansaço, que torna as pessoas aptas, abertas e dispostas a aceitar qualquer solução que lhes afigure salvadora.

Isso é um perigo muito grande, não só quanto à nossa dependência externa, mas também quanto à sobrevivência em termos políticos.

Pois, voltando à questão fundamental: o que é que podemos fazer?

Estou, na quase totalidade, de acordo com o que o Vieira de Almeida disse e já várias vezes também o exprimi por escrito. Mas presumo que é necessário encararmos o problema mais a fundo. Julgo que carecemos de definir e delimitar o que é o sector público, e devemos ter o realismo suficiente para precisar que o sector público não é tudo o que se nacionalizou ou que pode nacionalizar-se; o sector público, no meu entender deve abranger os sectores fundamentais ou as actividades fundamentais que regem a actividade económica. Aquelas actividades cuja colocação, dentro do esquema de inter-relações, as torna determinantes na condução da actividade económica.

Também nesse sentido deve cessar gradualmente, em minha opinião pessoal, a intervenção que o Estado fez em muitas empresas, muitas vezes sem razão. Como dizia há pouco o Moura Vicente numa entrevista, essas intervenções foram frequentemente feitas para conquistas de poder, por ambições pessoais, para tentativas de domínio e controlo partidário do aparelho económico.

Penso que é fundamental (tem-se falado muito nisso, mas não tem havido acções concretas) o fomento de cooperativas agrícolas e cooperativas de comercialização. É um caminho que, dentro do novo espírito a imprimir à nossa sociedade portuguesa, deve ser desenvolvido por acções concretas e não meramente limitando-se a falar. E também me parece urgente que desde já se

procure, sobretudo desde que o poder político se estabilize, definir as responsabilidades de gestão tanto nas empresas públicas como nas empresas privadas.

Até à data, o que se tem verificado concretamente é uma indefinição administrativa e gestionária. Há planos, há contraplanos; há decisões, há contradecisões que se tomam. E a verdade é que as pessoas que têm alguma responsabilidade jurídica ou administrativamente confiada, procuram, perante esta indefinição, não fazer ondas, passar despercebidas, ou então corresponsabilizar outras pessoas, diluindo a sua responsabilidade, ou ainda chutá-la para cima: do Director para o Director-Geral, do Director-Geral para o Subsecretário, do Subsecretário para o Secretário, do Secretário para o Ministro, do Ministro vai para as Comissões de Trabalhadores. O problema faz um giro... sem decisão tomada.

Realmente anda-se nesse impasse e tem-se chegado a muito poucas soluções concretas. Arrastam-se planos, arrastam-se ideias. O certo é que estamos nesta altura a despender em assistência directa ou indirecta, à maior parte das empresas nacionalizadas, cerca de 500 mil contos por mês.

O terceiro aspecto refere-se ao Plano.

Não se pode fazer um plano imediatamente. No entanto, é urgente que se comecem a definir as estruturas de planificação. Portanto, é criarem-se essas mesmas estruturas, é montar-se o aparelho de planificação tanto a nível nacional, como a nível regional.

O quarto aspecto diz respeito ao sector financeiro que está num impasse absoluto, está-se movendo numa absoluta gelatina. Parece-me que se está a tentar apenas uma gestão de negócios correntes, mais ou menos oportunistas, mais ou menos safando a onça, mas não tem tomado decisões fundamentais.

Uma das decisões fundamentais que em meu entender deve ser tomada, porque até isso foi prometido, é proceder-se imediatamente às indemnizações das empresas nacionalizadas, através da emissão de títulos públicos que devem ser reunidos em contas únicas, através dum registo nominativo de acções que, aliás, eu próprio preconizei há muito tempo.

É evidente que se deve atender primeiro aos 500 mil pequenos e médios poupadores que existem — dos quais cerca de 100 mil emigrantes. E depois, é possível, aplicar vários esquemas para indemnizar as fortunas maiores: ou de retenção duma parte desses títulos distribuídos ou imposto sobre a fortuna seriam pormenores técnicos que se poderiam discutir, admitindo desde logo o princípio da justa indemnização, sobretudo aos mais pequenos.

Há um outro ponto que temos de ter realismo e coragem para o encarar. Juntamente com a nacionalização das grandes empresas, foram nacionalizadas muitas pequenas e médias empresas. Hoje não se sabe exactamente quem

manda nelas, como é que elas se gerem, a quem prestam contas. São empresas, em meu entender, que estão a embaralhar, estão a embaraçar o sistema gestonário público, que já de si tem pouca capacidade para gerir as grandes empresas, quanto mais agora, atrapalhando-se e atafalhando-se numa multidão de pequenos casos. Julgo que se se proceder simultaneamente à indemnização das companhias nacionalizadas e passar-se para o sector privado ou sector cooperativo uma parte destas pequenas e médias empresas não pertencentes a sectores fundamentais, uma coisa articula-se com a outra, na medida em que permitir que esses títulos de indemnização sirvam justamente para aquisição dessas mesmas empresas.

Quinto problema: o mercado financeiro deve ser reestruturado. Estou convencido que hoje, o sistema bancário funcionando como único provedor de fundos para investimentos tanto para as empresas públicas como para as empresas privadas, está a chegar aos seus limites funcionais. É preciso alargá-lo. Alargá-lo, mas disciplinadamente, não voltar a ser um mercado tipo selvagem, como existia anteriormente. Estou persuadido que também será esta uma das formas de chamar uma parte do entesouramento que hoje alguns dizem 50 milhões e outros 25 (inclinando-me mais para a hipótese dos 25 milhões de contos), entesourados nas casas dos particulares. E isto não é despicienda porque se estes 25 milhões de contos voltam a girar através do mercado de bens de consumo, serão uma fonte de inflação extraordinariamente perigosa. É preciso criar estruturas para que essa massa monetária volte através do mercado financeiro ou do sistema bancário.

Esse dinheiro, um dia, quando a inflação começar a ser mais forte, pois as pessoas começam a ver que o poder de compra desse dinheiro está realmente a ser perdido. E havendo uma maior confiança na estabilidade do poder político, o motivo precaução que levou a amearhar esse dinheiro e a retê-lo em casa desaparece, e as pessoas aguilhoadas pela inflação querem desembaraçar-se dele. O desbloqueamento repentino desta massa é extremamente perigoso e talvez não se tenha pensado nisto suficientemente.

E igualmente preciso resolver o problema das dívidas insolventes. Com critérios que nem sequer são muito rigorosos, o conjunto da banca chegou à conclusão que tem cerca de 20 milhões de contos de dívidas incobráveis. Essas dívidas incobráveis, têm de se consolidar. Há vários métodos e técnicas, não valendo a pena entrar agora aqui em pormenores, mas tem de se encontrar uma solução, senão as empresas não rearrancam, tanto públicas como privadas, porque o montante de juros é de tal maneira pesado, que algumas empresas, mesmo em situação normal economicamente boa, já teriam um pagamento de

juros de tal maneira avultado, que lhes consumiria recursos e até a possibilidade de autofinanciamento.

Aliás, o sistema de créditos deve ser regido por critérios de fomento do investimento ou de auxílio às reconversões. Não podemos continuar por mais tempo a dar o crédito de subsídio a empresas que não tenham nenhuma viabilidade económica. Em meu entender, a capacidade de crédito de que se dispõe tem de ser reorientada para a reconversão que leva a mais alta produtividade, e permita simultaneamente o pagamento de salários condignos e a possibilidade de se competir tanto no mercado interno como no mercado externo. Claro que isso não se faz de um dia para o outro, mas deve haver uma orientação firme nesse sentido, coisa que não tem havido, no meu entender, até à data.

O mercado de imobiliário está estagnado. Tem de haver aí uma acção dinamizadora através de uma actuação directa do Estado com investimentos no alojamento social e através do estabelecimento de regras do mercado imobiliário de forma que incite por um lado a procura potencial e por outro lado à utilização da capacidade de produção que nem sequer está utilizada a muito mais de 50 por cento. Penso que seria útil, neste caso, uma baixa de juro, tanto para os adquirentes de habitação própria como para os construtores.

Julgo que há ainda acções de curto prazo para serem desencadeadas, como a electrificação rural. Tem-se falado muito; pouco se tem feito. Obras locais de saneamento básico, construção de escolas, alojamento para refugiados, etc. Organização dos mercados agrícolas não se tem feito. Tem-se falado, tem-se esboçado algumas coisas, mas, francamente pouco se tem avançado neste capítulo. E a organização dos mercados agrícolas, no meu entender, passa pelo estabelecimento de uma rede de armazenagem, frio, de silos, etc. Esta é também uma maneira de fomentar a construção civil que é justamente um dos sectores onde mais grassa o desemprego.

Há potencialidades agrícolas que estão mal aproveitadas, porque não há conjunto de comunicações ainda suficientemente bem lançadas. Muitas vezes, nem sequer são necessárias grandes estradas alcatroadas, mas uma boa estrada em macadame pode permitir melhor acesso a zonas agrícolas produtoras, mal aproveitadas.

Do alojamento tem-se falado muito, mas realmente tem-se dado pouco impulso. No meu entender, constitui também uma área em que é preciso entrar decididamente.

E finalmente dois pontos muito importantes que a carência de tempo não me deixa tratar. São o Código de Investimentos Estrangeiros e a Reforma Agrária.

Não podemos ter um código de investimentos estrangeiros muito progressista só para emoldurar a parede, senão ficamos com código, mas ficamos sem investimentos estrangeiros e, na minha opinião, nós necessitamos de investimentos estrangeiros. Necessitamos de investimentos estrangeiros em termos que não aumentem a nossa dependência, que não nos subjuguem. Mas necessitamos de investimentos e tecnologia estrangeiras. Ora os capitais estrangeiros não estão à porta, nas fronteiras, prontos a entrar desde que se publique um código de investimentos qualquer. Nós somos concorrentes no mercado internacional de capitais, não só com os países da Europa do Oeste, mas também com os países da Europa de Leste e os países do 3.º Mundo. Não nos podemos esquecer por exemplo, que a Argélia, que é um grande produtor de petróleo, é também importadora de capitais internacionais. Temos de concorrer com eles. Portanto temos de ter um código de investimentos realista, um código de investimentos que se submeta às regras internacionalmente aceites, como por exemplo do Banco Mundial, quando diferendos possam existir. É este o espírito que tem de presidir à elaboração de um código de investimentos; não chega ser um código de investimentos tão bonito, tão progressista, tão cheio de ideias novas, mas que vai ficar emoldurado na parede, ficando com um código, mas sem investimentos. Interessa um Código realista, que nos traga aqueles investimentos que nos são úteis.

O último ponto que quereria tratar é o que diz respeito à Reforma Agrária. Já tive ocasião, em Junho, de alertar os meus colegas na Assembleia Constituinte para o facto de que o que se estava a fazer no domínio da reforma agrária podia ser o comprometimento da própria ideia de reforma agrária. No meu entender, a reforma agrária deve ser aplicada não só no Sul, mas também no Norte. Ora bem, o que se fez na reforma agrária, o contexto político-económico em que ela já caiu, fazem com que hoje não seja possível falar em reforma agrária no Norte. Foi um erro grave, e foi uma perda grave.

Suponho, porém, que a reforma agrária não é apenas a repartição fundiária de terras, nem a junção fundiária de terras. É algo de mais vasto a fazer-se inserir no plano económico que aliás necessitamos de estruturar. Deve simultaneamente conjugar-se essa política fundiária com a assistência técnica, com a assistência financeira, com o desenvolvimento de cooperativas e com a própria industrialização do mundo rural. Não é apenas repartir terras e expropriar. Deve haver um plano muito mais vasto para o mundo rural e é a isso que eu chamo uma reforma agrária.

Estas ideias que acabei de expor muito sinteticamente são ideias que se baseiam sobre a realidade económica portuguesa. Fazer política, no meu enten-

der, já o disse, já o escrevi, não é instalar na cabeça das outras pessoas modelos ideológicos. Fazer política, para mim, é resolver os problemas concretos dos portugueses. Pode ser que isto não corresponda a um modelo ideológico puro, mas dada a situação a que chegámos, (situação proveniente duma fragilidade anterior piorada durante estes últimos meses) se não atacamos directamente estes problemas concretos em Portugal, uma coisa é certa, a ideia da democracia pode ficar comprometida pela crise e pelo cansaço e frustração.

Abreviadamente e para finalizar diria que necessitamos de ter presentes três coisas. A primeira é de que não dispomos de muito tempo na nossa frente para parar a crise económica em que o país foi mergulhado nestes últimos tempos. A segunda é que o clima de promessas delirantes e demagógicas tem de acabar; não se pode distribuir mais do que aquilo que se produz. A terceira é de que na situação em que nos encontramos precisamos de políticas muito realistas, de ter os pés bem assentes na terra, de não esperar soluções miraculosas (nem do Terceiro Mundo, nem do ouro, nem da Europa ou da América, nem das nacionalizações, nem do génio de alguns capitalistas retornados). Temos sim de aproveitar e de conjugar todas as potencialidades que nos restam, chamando todos os portugueses ao trabalho.

Não queria acabar sem sublinhar, mais uma vez, um ponto que me parece importante. É necessário começar a pedir responsabilidades a todos aqueles que intervêm na gestão das empresas, nomeadamente nas empresas públicas, ou seja, àqueles que gerem patrimónios públicos. E quando falo dos que gerem refiro-me a todos, sejam eles gestores nomeados pelo Estado, eleitos pelos trabalhadores, comissões sindicais e que intervêm de uma forma ou de outra na gestão. Se mandam — nem que seja negativamente pelo veto — devem responder pelo exercício dessa autoridade. O poder sem a inerente responsabilidade, como até à data se tem verificado, é convite à gestão oportunista, ao safar-se aos problemas, ao adiar das soluções que impliquem algum risco; e, o mais importante, à negligência, à queda da produtividade, ao malbaratar dos recursos públicos... frequentemente tudo isto encoberto com uma linguagem esquerdistóide.

É necessário instituir uma hierarquia de mando e de responsabilização, sem a qual qualquer política, qualquer plano não têm a mínima possibilidade de execução e cumprimento. Também, aqui convém não ter ilusões, e reconhecer o custo social da irresponsabilidade... custo social quer dizer o que é pago por todos nós.

Bom, muito fica para dizer. Sinto que apenas toquei alguns pontos, os que me pareceram mais importantes — em torno da ideia principal segundo

a qual: a independência ou a menor dependência nacional assentam sobre o trabalho produtivo dos portugueses conscientes, responsável e inteligentemente organizado e não sobre palavras, «slogans» ou demagogias. Se assim fizermos ainda teremos algumas probabilidades de relançar a nossa economia. Se não... bom, aguardemos o caos e a violência que acompanharão o esgotamento das reservas e o acréscimo do endividamento, qualquer que seja o optimismo oficial dos Ministros das Finanças.

JOÃO CRAVINHO — Relativamente à questão de saber como sair da situação grave em que nos encontramos, saliento, em primeiro lugar, que, apesar da nossa economia se encontrar numa situação muito complicada, temos recursos, temos potencialidades que poderão permitir uma recuperação. O problema essencial está em saber em que contexto poderão vir a ser usadas essas potencialidades.

Lembro-me aqui do que recentemente me disse um professor americano de reputação internacional que teve oportunidade de vir a Portugal a convite de entidades oficiais para fazer um diagnóstico e dar algumas sugestões. E o seu diagnóstico levou-o à conclusão de que a nossa situação económica tem, com efeito, bastantes potencialidades e não é tão grave como às vezes se diz. Manifestava, até, um certo optimismo, fazendo comparações com a Itália e com a Inglaterra, que em certo sentido estariam em pior situação, apesar de tudo. Houve quem lhe perguntasse, inclusive eu, quais as bases reais desse optimismo. Desenvolveu-as dizendo que via uma recuperação possível, desde que se verificassem três condições. Em primeiro lugar, haver um programa sério, verdadeiramente operacional e não meramente uma grande lista de realizações possíveis ou desejáveis.

Uma lista extensa de ideias ou projectos não resolve de maneira nenhuma o problema, o que seria preciso era um programa ordenado, estruturado, coerente.

Segunda condição, existir para a realização desse programa um mínimo de apoio expresso na concordância da maioria da população, com grande realce para os trabalhadores organizados em sindicatos. Concordância relativamente dos objectivos do programa, e aos métodos a pôr em jogo. Falava até de um pacto entre Governo e Sindicatos.

Terceira condição, terem as forças políticas, que no fundo vão conduzir o processo, uma noção clara do que se pode e do que se não deve fazer, uma noção clara das condições de realização, nomeadamente pondo essas condições

à frente dos seus interesses partidários e dos problemas de emprego dos seus estados-maiores e clientelas. (Ele estava consciente de que esses problemas existem e são extremamente poderosos em muitos casos. Ora, seria necessário nomear para o aparelho de Estado gente que efectivamente desse garantias de competência, de seriedade profissional e também de segurança do ponto de vista político.)

Evidentemente que todas as pessoas compreenderão porque é que a situação poderia ser vista com um certo optimismo desde que se realizassem essas três condições. Se de facto fosse possível realizá-las, a economia portuguesa, apesar do estado em que está, teria potencialidades realizáveis a breve prazo.

Começando pela última, devo dizer que eu já vi de perto vários assaltos. Mudam os assaltantes mas os objectivos muitas vezes são os mesmos.

Nuns casos tem-se chamado assalto ao poder, noutros tem-se dito que se trata de desempenhar as funções com honestidade e patriotismo. Mas quando sabemos de certas nomeações, de gente séria e respeitável mas incompetente para as funções para que é nomeada, não poderemos deixar de chamar a isso assalto ao poder agora feito pelo grupo B em vez do grupo A.

Dito isto, gostaria de passar a um ponto essencial, o programa.

Tenho alguma experiência de planeamento. Em Portugal poucas vezes se terá feito um diagnóstico tão profundo, debaixo de certa óptica, sobre as carências da economia portuguesa como em 1964 e 1967. Quem leu o Plano Intercalar de Fomento encontrou uma lista de carências que não de soluções, apesar das aparências em contrário. Em 10 anos, desde que esse diagnóstico foi feito, não se seguiu a acção. Mesmo nos casos em que havia listagens de medidas muito pormenorizadas não se seguiu o seu cumprimento. Chamo a atenção para um aspecto absolutamente essencial: não é a justaposição das opiniões de alguns homens que percorrem o terreno desordenadamente, uns por aqui outros por acolá, que nos garantirá um programa operacional. O que necessitamos é do empenhamento das forças democráticas, segundo um esquema com objectivos precisos e que consiga transmitir as suas directivas por toda uma cadeia executiva e, ao mesmo tempo, possa receber constantemente as informações que lhes permitam ter em conta a realidade, tal como ela se vai verificando no terreno de acção.

Ora, eu temo muito que o programa agora em gestação, ou que possa ser gerado daqui a alguns meses, seja uma espécie de manta de retalhos onde cabe tudo para grande gáudio e proveito de certos interesses parciais.

Nomeadamente quanto ao investimento público. É urgente fazer um programa de infra-estruturas mas não tenho a certeza que todos os projectos que

estejam a ser feitos tenham senso. Tenho fortíssimas dúvidas sobre alguns deles, cujo significado económico e social me parece mais prejudicial que útil. Se assim for melhor será que não se façam.

Precisamos de lançar um grande programa de obras públicas e de construções de natureza social, mas nem todas as obras que se possam fazer nesse sentido são de igual utilidade, nem todas são benéficas, os recursos escassos que forem empenhados em acções de menor valor social faltarão para outras coisas muito mais importantes.

Não podemos corrigir o complexo de nada fazer substituindo-o pelo impulso de fazer qualquer coisa, seja o que for.

Queria também dizer que as obras públicas, sendo muito importantes, estão um bocado mistificadas. Dá-se-lhes uma virtude, uma potencialidade que em muitos casos não têm. Posso dizer com algum conhecimento recente, na medida em que fiz um estudo sobre isso, que estão sobrevalorizados os efeitos multiplicadores do emprego e da produção que se obtém através das obras públicas. Não é que não se obtenham efeitos importantes. A questão é que eles não são tão importantes, tão miríficos como muita gente diz.

As obras públicas devem entrar num programa devidamente proporcionado às necessidades do país. Um programa composto e coordenado segundo uma ordem lógica e não segundo uma euforia do salve-se quem puder, porque quem não tiver projectos no valor de vários milhões já não é ninguém nesta terra.

Há, de facto, uma grande carência de projectos novos. Julgo que nós temos potencialidades humanas, conhecimentos técnicos e reconhecimentos de situação que nos permitirão lançar investimentos com real interesse. Mas isso não se consegue de qualquer maneira. É preciso uma organização clara, devidamente mandatada para esse efeito e com os meios necessários.

Suponho que nesse campo há tendência para fazer um apelo ao sector privado contrastando a sua pretensa capacidade realizadora com a ideia de que o sector público está exausto. O sector privado deverá funcionar, deveriam ser-lhe dadas condições para isso. Não se julgue, porém, que o sector privado se encontra em condições de responder ao nível das necessidades imediatas. Isso é perfeitamente ilusório. Temos de pensar que nos próximos 2 ou 3 anos o País viverá um período extremamente difícil. Um período em que é preciso arrancar, um período em que quem quiser realizar empreendimentos toma riscos extraordinários. E o sector privado em Portugal não toma riscos; não tomou no passado, não os tomou nos últimos 22 meses, não os tomará nos próximos 2 ou 3 anos. É perfeitamente ilusório pensar o contrário. Pagare-

mos com o desemprego e as maiores dificuldades essas ilusões. O sector privado poderá resolver muita coisa, mas não a presente crise do investimento, a não ser que lhes criem condições excepcionais de lucro imediato. Por isso é necessário acima de tudo, a criação de condições no sector público.

Pode parecer estranho: nacionalizámos as indústrias básicas, controlamos a banca e falamos de criar condições no sector público. Actualmente, o sector público precisa que lhe sejam dadas condições operacionais, condições que permitam libertar recursos que estão adormecidos e competências que estão postas de lado, para que efectivamente se ponham a trabalhar ao serviço dos portugueses.

É preciso estimular o sector público e pô-lo a trabalhar, como é preciso utilizar as capacidades que existem no sector privado. O que não pode ser feito é dar a um ou a outro tarefas que não virão a realizar.

Nós dizemos, por exemplo, que o sector público está descapitalizado. Mas também o sector privado está profundamente descapitalizado, tão descapitalizado como o sector público.

O processo mais corrente de dar uma base de capitalização ao sector privado, é permitir-lhe o aumento dos lucros. Ora, criar bases financeiras ao sector privado e dar ao empresário um «estímulo» e uma «confiança» tal que ele se abalance a fazer muita coisa, significa fazer disparar os preços incontroladamente.

Não tenhamos ilusões. É muito fácil falar, da iniciativa do sector privado mas se se entrar por essa via indiscriminadamente, nós teremos uma inflação que arruinará qualquer sistema político-social que se venha a implantar nos próximos meses. Não é possível haver dúvidas sobre isto.

Num período de transição de alguns anos devemos ter a maior cautela em controlar os mecanismos económicos e sociais no sentido de pôr a funcionar as potencialidades reais do país no sector privado e no sector público. Mas não podemos deixar as coisas sem controlo; de outro modo, atendendo ao estado em que nós estamos caminhamos necessariamente para desequilíbrios e impasses tais que corremos o risco de gerar tensões sociais fortíssimas.

Gostaria ainda de chamar a atenção para problemas do saneamento financeiro das empresas.

De um modo geral é de boa regra, é de facto uma atitude sã, ter uma óptica de contenção, de disciplina, no sentido de só ajudar quem de facto der todas as garantias de produtividade.

Sucede, porém, que as reconversões empresariais são dolorosas e extremamente difíceis. A reconversão de uma empresa é uma tarefa de anos. (Que

o diga quem quer que tenha tido nas suas mãos um processo de reconversão.) Portanto, cortar abruptamente apoios, ou querer resolver uma situação difícil e de crise pelo remédio radical, na prática, poderá conduzir ao colapso.

E se se aplicar à empresa X a regra de se cortar por completo o apoio num período difícil, tem também de se empregar a mesma regra à empresa Y, a não ser que haja favoritismos. E à empresa Z. O que significa neste momento que terá de se cortar o apoio a empresas aonde trabalha qualquer coisa como 1/3 da população activa portuguesa. Estamos nós dispostos a apoiar um sistema que funcione na base de uma lógica abstracta, de tal maneira que a pretexto de regras de saneamento e de austeridade se vá atirar de um momento para o outro, com as consequências que isso, tem milhares e milhares de portugueses para o desemprego. Ora vamos nós procurar um sistema que durante um certo número de anos, firmemente e com um certo critério, irá tentar resolver o problema sem passar por esse traumatismo?

O investimento estrangeiro, para terminar. Acho que o investimento estrangeiro pode ser indispensável. Em algumas situações só com ele se resolve o problema em causa. A questão está em que não se vá recorrer ao investimento estrangeiro em condições que impossibilitem o aproveitamento de recursos nacionais, ou levem ao seu desperdício, embora relativo ou introduzem dependências abusivas.

Observadas essas condições, o investimento estrangeiro, dentro dos nossos interesses pode ter um papel importante a desempenhar, desde que o controlemos, desde que o punhamos ao nosso serviço. É evidente que isto implica também que satisfaçamos necessidades ou conveniências que o investidor estrangeiro tem. De outro modo, ele também não vem para cá. Mas isso não significa uma atitude de subserviência, uma atitude de completa capitulação perante os interesses estrangeiros, simplesmente porque criam umas dezenas ou umas centenas de empregos. Excluída esta atitude, parece-me que o investimento estrangeiro tem um certo papel a desempenhar. Não tão grande como muita gente julga, nem de longe nem de perto.

FRANCISCO SANSFIELD CABRAL — Apesar de este debate já ir longe, teria interesse, ainda, uma referência — ainda que necessariamente muito breve — às incidências económicas militares no problema da independência nacional.

TEN-COR. CABRAL COUTO — Começava por chamar a atenção para o seguinte: o tema desta reunião é «os fundamentos económicos da indepen-

dência nacional» e creio que neste conjunto «fundamentos económicos» e «independência nacional» o acento tónico deve ser posto no último. Ora a independência nacional é um conceito global.

Para efeitos de análise pode ser discutido sectorialmente — do ponto de vista económico, diplomático, militar, etc. — mas na realidade todos estes factores se inter-relacionam. Assim, uma via capaz de satisfazer do ponto de vista da independência política, pode agravar, por exemplo, as condições de dependência económica; opções de carácter económico ou político podem dificultar a independência nacional, do ponto de vista da segurança militar, etc., Como estamos em ambiente militar, julgo que seria interessante analisar em que medida determinadas opções de carácter económico podem, por exemplo, criar maiores exigências de natureza militar, com vista a uma garantia da independência nacional. Para o efeito, parece-me de referir o seguinte. Apesar de termos terminado, há pouco, um enorme esforço de guerra e de se terem introduzido reduções substanciais na estrutura das Forças Armadas, o que é certo é que as nossas despesas com a defesa militar ainda orçam por cerca de 5 por cento do nosso PNB. Ora, com excepção dos E. U. A. e U. R. S. S. que atingem valores da ordem dos 7,5 por cento, a quase totalidade dos países tanto do bloco oriental como do ocidental, têm orçamentos de defesa que oscilam entre 2 e 4 por cento do respectivo PNB. Mesmo tendo em atenção a necessidade de um esforço de reorganização e revivificação militar, nós deveremos procurar tender para uma redução mais sensível de despesas militares, para valores, por exemplo da ordem dos 3 por cento do PNB, como uma das formas, até, de facilitar o arranque económico. Parece-me, assim, importante analisar em que medida a política económica global, no campo interno e externo, se deve subordinar a condições que permitam, de facto, um esforço militar mínimo. Caso contrário, determinadas opções económicas ou políticas podem ter como contrapartida a necessidade de um esforço militar que seja inexequível em termos económicos, acabando por se traduzir em grave ameaça à independência nacional.